

Professor da rede pública pode parar

Categoria pede reajuste de quase 50% nos salários, faz outras 50 reivindicações e ameaça fazer greve a partir do dia 23

Rosana Tonetti
Da equipe do Correio

Depois da paralisação dos professores da Universidade de Brasília (UnB), que começou terça-feira, agora é a vez dos docentes da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) que estão dispostos a cruzar os braços. Em assembleia realizada ontem com a participação de dois mil representantes da categoria, foi aprovada paralisação com indicativo de greve para o dia 23. A FEDF tem 25 mil professores.

Ontem 500 escolas ficaram sem aula. Em Samambaia, a agente de portaria Maria José Alves Arruda não teve o que fazer pela segunda vez neste mês, já que os professores avisaram da paralisação um dia antes e nenhum aluno apareceu.

A pauta de reivindicações elaborada pelo Sindicato dos Professores (Sinpro) contém 51 itens. Mas a categoria luta para que o governo conceda principalmente reposição salarial de 49,64% de acordo com os cálculos do Índice do Custo de Vida (ICV) do Dieese, reformulação do Plano de Carreira, redução do desconto do Iapar de 12% para 6% e incorporação de 21,57% do Tempo Integrado de Dedicação Exclusiva em Magistério (Tidem). Os professores

também querem recuperar o tíquete-alimentação e que sejam pagos os valores retroativos do benefício suspenso desde janeiro de 1996.

Com a aprovação da pauta, os professores também se consideram em estado de greve. Isso quer dizer que, se as negociações com o governo não avançarem, eles podem parar a qualquer momento. "Temos encontros agendados com os Conselhos Escolares e as Assembleias Regionais. Queremos discutir com a comunidade escolar, que envolve também os pais e os alunos, a nossa campanha salarial", informou Rejane Pitanga.

"No que depender de recursos do governo do Distrito Federal, não temos condições de atender às reivindicações. No que depender da União, tentaremos buscar o dinheiro. Não vamos aplicar recursos próprios nas áreas de saúde, segurança e educação", avisou o secretário-adjunto de administração, Márcio Baiocchi.

O Sinpro também conseguiu que a assembleia aprovasse carta em resposta às críticas que a bancada distrital do PT fez ao sindicato. A carta, endereçada à categoria e assinada pelos parlamentares petistas, esclarece os motivos pelos quais os deputados votaram pela aprovação do Fundo da Educação na Câmara Legislativa, em dezembro de 1997.

Carlos Eduardo



A agente de portaria Maria José Arruda ficou sozinha na escola 304, de Samambaia. Professores estavam em assembleia e os alunos ficaram em casa